



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



Para evitar recusa de informações no **caso BPN**

Comissão de Inquérito avança com sigilo bancário e profissional

A Comissão de Inquérito ao BPN vai pedir o levantamento do sigilo bancário e profissional para evitar recusa de informações das entidades envolvidas no processo.

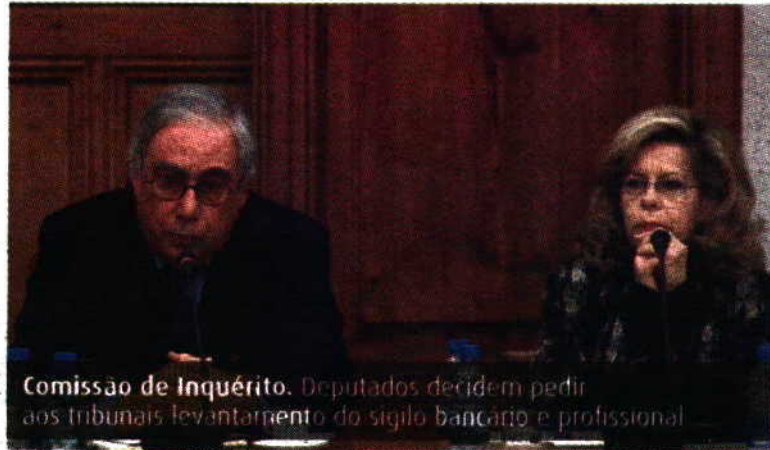
A Comissão de Inquérito ao BPN vai avançar para um pedido de levantamento de sigilo bancário e profissional, solicitando igualmente um parecer jurídico que suporte essa decisão.

A decisão resultou do consenso entre os deputados de vários grupos parlamentares e surge por, ao longo dos trabalhos, várias entidades no processo, entre elas o Banco de Portugal e o próprio BPN, terem recusado fornecer documentação.

O coordenador do PS na Comissão considerou que o pedido de levantamento de sigilo bancário deveria avançar depois de obter apoio do presidente da Assembleia da República (AR), da conferência de líderes, bem como pareceres jurídicos que fundamentassem essa decisão.

Ricardo Rodrigues recordou que o Banco de Portugal – ao justificar recusas anteriores de enviar documentação – juntou dois pareceres, de Sérvulo Correia e Germano Marques da Silva.

“Aparecer no tribunal sem pareceres jurídicos (uma vez que, do



Comissão de Inquérito. Deputados decidem pedir aos tribunais levantamento do sigilo bancário e profissional

outro lado, já existem dois), parece-me um mau caminho”, considerou, acrescentando: **“Sentir-me-ia mais confortado que [esta decisão] fosse comungada pelo presidente da Assembleia da República e pela conferência de líderes”.**

O coordenador do PSD, José Pedro Aguiar Branco, afastou a necessidade de obter apoio do presidente da AR, considerando que **“a Comissão tem um mandato para decidir por si”.**

“Não quereria ficar despedido dessa responsabilidade. Se o presidente da Assembleia da República e a conferência de líderes nos quiserem acompanhar tudo bem mas devemos ser nós a assumir essa responsabilidade”.

O coordenador do PCP, Honório Novo, recordou que há vários pareceres da Procuradoria Geral da República e mesmo um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que fa-

zem jurisprudência no levantamento de sigilo bancário e profissional.

Já o deputado do CDS-PP Nuno Melo considerou que a sugestão de pedir os pareceres trazem o risco de **“esgotar o tempo útil da Comissão”** e anunciou que vai pedir a prorrogação do prazo de 90 dias que lhe foi dado. Mais tarde, disse que aceitaria o parecer desde que fosse dado um prazo de oito dias para que estivesse pronto.

Os deputados dos vários grupos parlamentares acabaram por chegar a um consenso: solicitar ao presidente da Assembleia da República a contratação de um **“jurisconsulto de renome”** que elabore um parecer no prazo de oito dias a suportar a decisão de pedir o levantamento do sigilo.

Ao mesmo tempo, acordaram, os serviços da Comissão e os serviços jurídicos da Assembleia da República vão preparando todas as peças para avançar com esse pedido.

**BPN**

Nacionalização do BPN foi «erro histórico» diz PSD

O líder parlamentar do PSD considerou ontem que a nacionalização do BPN foi um «erro histórico» do Governo e propôs que sejam criadas «quotas no investimento público para as pequenas e médias empresas». «Em vez de ter feito a nacionalização do BPN tinha feito a avaliação do BPN e se a tivesse feito não tinha feito esse erro histórico que é



estar a pagar 1800 milhões de euros dos contribuintes portugueses», declarou Paulo Rangel durante o debate quinzenal com o primeiro-ministro na Assembleia da República.



RECUSA DE REVELAR INFORMAÇÕES DO CASO BPN

Comissão leva Vítor Constâncio a tribunal

Os deputados que integram a comissão de inquérito parlamentar à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) decidiram ontem, por unanimidade, levar até aos tribunais a recusa do Banco de Portugal em revelar os documentos relacionados com a supervisão daquela instituição.

Segundo adiantou Maria de Belém Roseira, que preside à comissão, os deputados vão solicitar a autorização de Jaime Gama para proceder à "contratação de um juriconsulto de renome para redigir a instrução do levantamento do sigilo bancário" invocado pelo banco governado por

Vítor Constâncio. De acordo com a deputada socialista, o pedido de levantamento do sigilo será entregue no Tribunal da Relação de Lisboa.

Esta decisão surge na sequência de duas recusas sucessivas por parte do Banco de Portugal em revelar uma série de documentos solicitados pela comissão, que está a avaliar as alegadas falhas de supervisão de Vítor Constâncio durante os anos em que José Oliveira e Costa esteve à frente dos destinos do BPN, sob o pretexto de estes documentos se encontrarem abrangidos pelo sigilo bancário.

JOÃO CRISTÓVÃO BAPTISTA





LOUÇÃ LEMBRA POSIÇÃO DA CGD

Portugueses pagam

O Bloco de Esquerda acusou o primeiro-ministro de "admitir" que os portugueses vão pagar a nacionalização do BPN, por ter dito que um dos objectivos do Governo no banco "é diminuir os encargos para os contribuintes".



No debate quinzenal, Francisco Louçã confrontou José Sócrates com a posição do presidente da Caixa Geral de Depósitos, que disse que não irá "usar mais dinheiro" no BPN, e por um antigo gestor, que defendeu que o banco "não tem hipótese de gerar valor". ■



PSD ATACA NACIONALIZAÇÃO DO BPN

"Erro histórico"

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, considerou ontem que a nacionalização do BPN foi um "erro histórico" do Governo e propôs a criação de "quotas no investimento público para as pequenas e médias empresas".



"Em vez de ter feito a nacionalização do BPN tinha feito a avaliação do BPN e se tivesse feito não tinha feito esse erro histórico que é estar a pagar 1800 milhões de euros dos contribuintes portugueses", disse Rangel, durante o debate quinzenal, acrescentando: "Agora os contribuintes portugueses que paguem os erros do Governo." ■

CASO BPN

Primeiro-ministro ainda acredita na viabilização do banco

Questionado pela oposição, disse que os accionistas irão pagar e que gestores vão responder na Justiça

EVA GASPAR

egaspar@negocios.pt

A situação financeira do BPN voltou ontem a aquecer os ânimos no debate parlamentar quinzenal, com a oposição, em bloco, a reclamar explicações ao primeiro-ministro sobre como vai ser gerido o "buraco" de 1,8 mil milhões de euros detectado pela administração provisória a cargo da CGD – e que mais do que duplica as perdas de 700 milhões estimadas aquando da decisão de nacionalização. José Sócrates não deu respostas claras, mas mostrou-se prudentemente confiante num plano de viabilização da instituição financeira.

As "hostilidades" foram abertas por Paulo Rangel, líder da bancada social-democrata, que considerou a nacionalização um "erro histórico". Na resposta, José Sócrates acusou o PSD de ter mudado de posição, sublinhando que a intervenção do Estado no BPN foi feita para "proteger os depósitos e a estabilidade do sistema financeiro português." "E o que sabemos hoje sobre o BPN reforça a convicção de que fizemos o que tinha de ser feito". Num recado a Miguel Cadilhe, o primeiro-ministro disse ainda que a amplitude das perdas agora detectadas confirmam a inevitabilidade da nacionalização e o "irrealismo" da proposta que o então administrador havia feito ao Governo.

Mais tarde, questionado por Francisco Louçã, líder do BE, sobre se serão os contribuintes portugueses a suportar a factura da má gestão do BPN, José Sócrates admitiu que algumas perdas poderão ter de ser assumidas pelo erário público. O primeiro-ministro acrescentou, porém, que ainda acredita

"Éramos uma caixa de correio do BPN"



"Éramos uma caixa de correio das operações geradas pelo Banco

Português de Negócios". Esta foi apenas uma das frases que o presidente do Banco Insular desde a criação da instituição, José Vaz Mascarenhas, usou ontem na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN para mostrar que o banco cabo-verdiano era do universo Sociedade Lusa de Negócios (SLN). Segundo o gestor, "as operações [de crédito concedido pelo Insular] eram todas montadas no BPN, que era responsável pelas operações, análise de risco, condições do crédito, contratos", explicou. Para Vaz Mascarenhas nunca houve dúvidas de que o Insular era da SLN. Isto porque logo que o banco foi vendido à Insular Holdings, em 2001, sempre houve um contrato de venda à SLN, executável a qualquer momento.

numa estratégia de viabilização do banco – "não sou daqueles que jogam logo a toalha no chão" – e garantiu que os "accionistas vão ser os primeiros a pagar e os administradores os primeiros a responder perante a Justiça". As perdas dos accionistas estão avaliadas em 400 milhões de euros.



ÚLTIMA HORA Comissão parlamentar do BPN

Deputados levantam sigilo

COMISSÃO vai pedir a tribunal que obrigue BdP e BPN a responder.

Pela primeira vez, uma comissão parlamentar de inquérito vai requerer ao Tribunal da Relação de Lisboa o levantamento do sigilo bancário e de supervisão. Os deputados que compõem a comissão ao caso BPN decidiram ontem, por unanimidade, avançar com o recurso, na sequência da recusa do Banco de Portugal e do BPN em enviar informação e documentos solicitados pela comissão, alegando sigilo bancário e profissional. Na base do pedido de levantamento está o facto de a comissão gozar de poderes de investigação das autoridades judiciais e do "princípio de interesse preponderante". Para além disso, os partidos ambicionam para esta comissão um desfecho diferente da comissão ao caso BCP. "Os serviços jurídicos da Assembleia vão começar a preparar a argumentação de todas as peças, para avançar com o pedido de levantamento do sigilo bancário", resumiu a presidente da

comissão, Maria de Belém Roseira. Em simultâneo, a comissão vai pedir um parecer técnico a um juríconsulto, com o objectivo de fundamentar o pedido de levantamento do sigilo em tribunal. Esta decisão partiu da insistência do PS e que os restantes partidos acataram, com algumas condições. A contratação da análise, que também visa estabelecer jurisprudência, está dependente da autorização prévia do presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, tal como estabelece o regime jurídico das comissões de inquérito. Na ordem de trabalhos de ontem da comissão foi também ouvido José Vaz Mascarenhas, administrador do Banco Insular de Cabo Verde revelou que o Insular pertenceu sempre à SLN. Afirmou ainda que Oliveira Costa quis que o BPN comprasse o Insular em Fevereiro de 2008, pouco antes do seu afastamento da instituição, entretanto nacionalizada. ■ **S.A.S.**



■ **MARIA DE BELÉM**

A comissão a que preside deu ontem os primeiros passos legais para que o tribunal levante o sigilo de Banco de Portugal e do BPN.



Banco Insular era uma espécie de "caixa de correio" do BPN



Deputados querem fim do sigilo bancário para o inquérito ao BPN

Ana Brito

Deputados vão encomendar parecer jurídico para sustentar pedido. CDS vai requerer prolongamento dos trabalhos da comissão

Os deputados da comissão de inquérito à nacionalização do BPN vão requerer o levantamento do sigilo bancário e de supervisão ao Tribunal da Relação de Lisboa. Em causa estão informações pedidas pela comissão a entidades como o Banco de Portugal (BdP), a CGD e o próprio BPN e a que nunca foi dado resposta ao abrigo do dever de sigilo.

A decisão consensual foi tomada ontem na sessão de trabalhos da comissão, que decidiu instruir de imediato os serviços jurídicos da Assembleia da República para darem andamento ao processo e, em simultâneo, encomen-

dar um parecer a um "jurisconsulto de renome", que deve ser entregue num prazo máximo a definir, e que venha sustentar o pedido de levantamento.

A comissão de inquérito pretende assim contrariar a recusa reiterada das instituições em entregar a documentação solicitada. No caso específico do BdP, em resposta a um pedido formal dos deputados para levantar o sigilo de supervisão, o supervisor recusou fazê-lo e fundamentou a decisão em pareceres assinados pelos jurisconsultos Sêrvulo Correia e Germano Marques da Silva.

O deputado comunista Honório Novo revelou que neste momento existem 28 pedidos de informação ou documentação que nunca chegaram às mãos dos deputados e frisou que o processo tem que ser célere para ter efeitos práticos no tempo de vida da comissão de inquérito. O deputado do CDS Nuno Melo revelou que vai pedir a prorrogação do prazo de funcionamento da comissão (cujos trabalhos

deveriam terminar no próximo mês) e o socialista Ricardo Rodrigues assegurou que o PS vai viabilizar o pedido.

Ontem, os deputados também ouviram José Vaz de Mascarenhas, presidente do Insular, que garantiu que a titularidade da instituição foi sempre da Sociedade Lusa de Negócios e que sempre recebeu ordens de Oliveira e Costa.

Vaz de Mascarenhas garantiu ser "impossível" que o Insular "alguma vez tenha sido responsável por um buraco financeiro de 585 milhões de euros", como foi assumido por Abdo-ol Vakil, e assegurou que o balanço da instituição "não vai além dos 200 milhões de euros". Frisou ainda que o Insular "nunca foi interveniente nas operações fora do balanço" realizadas pelo BPN e que todas as operações de crédito realizadas pelo banco "eram lá postas pelo BPN". O seu papel era simplesmente o de as formalizar, justificou. "Éramos uma espécie de caixa do correio das operações do BPN."



Decisão. Tribunal da Relação vai receber requerimento do Parlamento

AR pede pareceres antes de levantar sigilo no BPN



Vaz de Mascarenhas com Maria de Belém, ontem na comissão do BPN

Contratação externa de jurisconsulto ainda depende de Jaime Gama

EVA CABRAL

A comissão parlamentar de inquérito ao caso que envolve o Banco Português de Negócios decidiu ontem deliberar a solicitação de pareceres jurídicos no sentido destes ajudarem na fundamentação do pedido de levantamento de sigilo bancário que tencionam pedir ao Tribunal da Relação.

A sugestão para se solicitar o parecer foi feita por Ricardo Rodrigues, deputado e vice-presidente da bancada do PS, que lembrou que o Banco de Portugal juntou na sua segunda resposta ao Parlamento – a justificar a não entrega de documentação ao abrigo do segredo profissional bancário ou, ainda, de supervisão – pareceres dos jurisconsultos Sérgio Correia e Germano Marques da

Silva sustentando a sua posição de não quebrar o sigilo.

Os deputados balizaram, no entanto, o pedido deste parecer ao período máximo de oito dias, uma vez que os trabalhos da comissão de inquérito estão a decorrer a bom ritmo e o atraso no pedido de levantamento de sigilo pode na prática acabar por impedir que se apurem efectivamente muitas matérias. Até ao mo-

Iniciativa partiu de Ricardo Rodrigues, deputado do PS

mento, cerca de 30 quesitos estão ainda por responder ao abrigo do sigilo bancário.

Refira-se que a contratação do jurisconsulto fica apenas dependente de autorização do presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, de acordo com a legislação que regu-

la o funcionamento das comissões de inquérito, tal como foi ontem recordado pela socialista Maria de Belém Roseira que preside a esta comissão.

Os deputados ouviram ontem José Vaz de Mascarenhas, presidente do Banco Insular, que revelou que José Oliveira Costa, o antigo presidente do BPN, quis que o seu banco comprasse o BI em Fevereiro de 2008, ou seja, poucos dias antes de abandonar a administração da instituição bancária entretanto nacionalizada.

José Vaz de Mascarenhas – que à hora de fecho da nossa edição continuava a ser ouvido na comissão parlamentar – explicou que a compra do Insular pelo BPN foi a solução de Oliveira Costa para resolver os problemas de falta de capital detectados pelo Banco Central de Cabo Verde em Dezembro de 2007. Nessa altura, detectou-se que o rácio de solvabilidade do Banco Insular era de 3,8% quando a supervisão de Cabo Verde exige um rácio de 8%. ■